



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

Aline Oliveira da Costa

**O processo de escolarização de uma criança autista em classe especial:
percepções da mãe e da professora**

BRASÍLIA – DF

2019



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

Aline Oliveira da Costa

**O processo de escolarização de uma criança autista em classe especial:
percepções da mãe e da professora**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Banca Examinadora da Faculdade de Educação
como exigência final para obtenção do título de
Pedagoga.

Orientadora: Profa. Dra. Sinara Pollom Zardo

BRASÍLIA – DF

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

Aline Oliveira da Costa

O processo de escolarização de uma criança autista em classe especial: percepções da mãe e da professora

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do grau de Pedagoga. Apresentação ocorrida em ____/____/2019.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Profa. Dra. Sinara Pollom Zardo (Orientadora)

Profa. Dra. Cátia Piccolo Viero Devechi (Examinadora Interna FE/UnB)

Prof. Ms. Antônio dos Santos Oliveira (Examinador Externo SEEDF)

BRASÍLIA – DF
2019

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus que muito me ajudou nessa jornada, aos meus pais e minha família que sempre me apoiaram nas minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força para conseguir fazer a minha trajetória na graduação durante esses 4 anos.

Agradeço a minha mãe Isis, que suportou todas as minhas angústias e estresses que passei durante esses anos, sempre me dando o seu ombro para me apoiar. Agradeço ao meu pai Almeida, que sempre esteve presente e me deu tudo o que eu precisava. Agradeço aos dois por sempre terem me dado oportunidades para minha formação pessoal e profissional e por estarem ao meu lado nos momentos difíceis e em todas as conquistas da minha vida até agora.

Agradeço as minhas irmãs Eliane e Noemi, por sempre me motivarem a nunca desistir daquilo que eu almejo. Agradeço ao meu irmão Alex que, mesmo morando longe, nunca deixou de me apoiar e de me ajudar quando peço sua ajuda.

Agradeço a todos os meus amigos que estiveram comigo nessa jornada tão árdua, mas agradeço principalmente à Beatriz, João, Alberto e Ingrid que sempre me apoiaram e me deram força nos momentos mais difíceis dessa graduação, sempre me colocando para cima.

Agradeço a minha orientadora Sinara que me deu essa oportunidade de escrever esse trabalho de conclusão de curso sob sua orientação, por todos os ensinamentos por ela passados e por toda a paciência que teve comigo.

*Direi do Senhor Ele é o meu Deus, o meu Refúgio, a
minha Fortaleza e Nele confiarei.*

Salmos 91 versículo 2.

RESUMO

O autismo vai além da percepção que cada um tem dele, um assunto que ainda precisa ser explorado, muitas dúvidas surgem acerca da criança autista. A presente monografia teve como objetivo geral conhecer as percepções da escolarização de uma criança autista no olhar da professora e da mãe. Os objetivos específicos foram: a) analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola que oferece escolarização da criança que é o objeto de estudo; b) descrever o perfil da criança autista selecionada para a pesquisa, o perfil da mãe e o da professora; e c) identificar as percepções da mãe e da professora sobre o processo de escolarização da criança autista em classe especial. Autores como Vygotsky (1994 e 2007); Mantoan (2003); Creswell (2007); André (2005, 2012 e 2015) esses autores reforçam a necessidade de conhecer e criar condições para realizar ações pedagógicas; também as Leis e os Decretos já abordam essa temática que serão utilizadas nesse trabalho. A pesquisa é de abordagem qualitativa, de tipo estudo de caso etnográfico, que utilizou os instrumentos de observações participantes em horas de estágio obrigatório registradas em diário de campo, análise documental do PPP e entrevistas semiestruturadas feitas com a professora e a mãe da criança autista. A Educação Especial no Brasil ainda precisa sair desse mecanismo de ter um intermédio de classes especiais para depois o aluno ser incluído, a inclusão é um direito da criança com necessidade específica.

Palavras chaves: Autismo. Classe Especial. Inclusão escolar.

ABSTRACT

The autism goes beyond the perception that each one has on it, a subject that still needs to be explored many doubts arise about the autistic child. This monograph has as its general objective to know the perceptions of the schooling of an autistic child in the teachers' and mother's eyes. The specific objectives stand out in: 1) to analyze the Pedagogical Political Project studied; 2) Describe the profile of the autistic child selected for the research, the profile of the mother and the teacher; and 3) To identify the perceptions of the mother and teacher about the schooling process of the autistic child in a special class. Authors such as Vygotsky (1994 and 2007); Mantoan (2003); Creswell (2007); André (2005, 2012 and 2015) and their authors reinforce the themes of autism, concern about the schooling of children with specific needs and the methodology used that was used to do this work. The research is about listing a qualitative approach, of type ethnographic case study, who used the instruments of observations participating in mandatory internship hours recorded in a field diary, documental analysis of PPP and semi-structured interviews made with the teacher and mother of the autistic child. Special education in Brazil still needs to leave this mechanism of having an intermediate of special classes for after the student is included, inclusion is a right of the child with specific needs.

Key words: Autism. Special Class. Schooling.

SUMÁRIO

Parte I – Memorial.....	1
Parte II – Monografia.....	4
Introdução.....	5
Capítulo I – Considerações sobre a educação especial inclusiva.....	7
Capítulo II – Aprendizagem e desenvolvimento de crianças autistas.....	13
Capítulo III – Procedimentos metodológicos.....	19
Capítulo IV - A criança autista e a sua escolarização em uma escola regular.....	23
Considerações Finais.....	35
Parte III.....	37
Perspectivas futuras.....	38
Referências.....	39
Apêndices.....	42
Apêndice A – Carta de apresentação	
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	
Apêndice C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada	
Apêndice D – Questionário de perfil da mãe e da professora participantes da pesquisa	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Turnos de funcionamento da escola pesquisada e número de alunos atendidos.....	24
Tabela 2 – Infraestrutura da escola pesquisada.....	25

PARTE I

MEMORIAL

Começarei falando da vida escolar dos meus ascendentes, meus pais. Meu pai teve um processo de escolarização difícil, ele só tinha concluído o Ensino Fundamental 1 até os seus 16 anos de idade, já que muito novo tivera que sair do seu lugar de origem, no Estado de Sergipe, para ir morar em Campo Grande/MS. Com essa idade avançada, ele decidiu fazer supletivo para concluir os estudos, mas nunca teve vontade de cursar graduação em uma instituição de ensino superior. Já minha mãe não teve atraso em sua escolarização e concluiu o Ensino Médio com 18 anos de idade como bolsista de uma escola particular. Ela tinha desejo de cursar o Ensino Superior e até prestou vestibular para Farmácia, mas por causa do casamento ela decidiu não ver o resultado e acabou desistindo de seguir a vida acadêmica.

Minha vida escolar começou com o apoio dos meus pais que nunca deixaram de oferecer um ensino de qualidade a mim e aos meus irmãos. Eu fui alfabetizada pela minha mãe, assim como minhas duas irmãs e meu irmão, a partir dos meus 2 anos de idade. Como naquela época não era obrigatório a criança fazer Jardim de Infância, meus pais optaram por esperar eu completar 5 anos para me colocar no Jardim III na cidade na qual morávamos, no Paraná/PR. Eu era a aluna mais avançada, pois já sabia ler e escrever muito bem e na formatura do Jardim para 1ª série do Ensino Fundamental eu fui a oradora; ingressei no Fundamental 1 com 6 anos de idade.

Tive ótimos professores no meu Ensino Fundamental 1 e diversas estagiárias na sala em que estudei. De 2001 à 2005 ainda existia o Ensino Normal para alunos que queriam seguir no magistério; hoje em dia um professor de Ensino Fundamental 1 só pode exercer a função de professor se for formado em Pedagogia. Meu despertar pela profissão começou bem no início da minha escolarização, nunca tive vontade de ser médica ou advogada, sempre quis ser professora pois admirava o trabalho amoroso, árduo e dedicado dos profissionais que me acompanharam em todo o meu Fundamental 1.

Meu pai é militar e por causa de sua profissão era comum mudarmos de cidade. Em 2006, quando iniciei no Fundamental II no Estado do Amazonas, eu tive a plena certeza que não queria ser professora de alguma matéria

específica, mas sim de todas como era nos anos iniciais da escolarização. Tive algumas dificuldades na 6ª série e fiquei de recuperação final, mas consegui passar. Depois de experimentar a recuperação final decidi que não queria mais ter aquela sensação de não saber se passei ou não.

Em 2009 cheguei à atual cidade em que resido, Brasília, e também concluí o meu Ensino Fundamental II. Passados os anos, tive uma reprovação no 2º ano do Ensino Médio, pois não gostava de estudar no Colégio Militar de Brasília. Vim então a concluir meu Ensino Médio em uma instituição privada e para não perder o ano fiz dependência na matéria de Química. O ano de 2013 teve os seus altos e baixos e tive a oportunidade de ir a Orlando (Estados Unidos), na viagem de formatura da escola.

Em 2014 comecei a fazer cursinho pré-vestibular, pois na minha cabeça tinha decidido que queria fazer Serviço Social na Universidade de Brasília (UnB), mas acabei não passando. Tinha o sonho de entrar em uma universidade federal já que todos os meus irmãos se formaram em universidades públicas e eu também queria dar esse orgulho aos meus pais. No vestibular de 2015 eu decidi colocar o que eu sempre quis fazer: Pedagogia. Em julho saiu o resultado de que eu havia conseguido passar na primeira chamada e comecei o curso na UnB em agosto daquele ano.

No meu segundo semestre do curso, em 2016, conheci o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que era um programa do Ministério da Educação (MEC) que dava a chance de alguns alunos que cursam licenciatura terem o contato com as escolas (públicas) e poderem ter experiência pedagógica. Infelizmente o PIBID não existe mais, ele teve fim no início de 2018. Por sorte fiquei trabalhando dois anos e por meio dessa oportunidade eu soube mais sobre as escolas inclusivas, onde todo o meu amor por crianças com necessidades específicas começou.

O meu primeiro contato com uma criança com deficiência foi no 3º ano do Fundamental I; era uma menina parcialmente surda e um aluno com síndrome de Down. Na segunda classe em que eu tive o prazer de ficar tinha uma turma com um aluno com Down e uma aluna com doenças mentais múltiplas. Em 2017 quando troquei de escola, conheci crianças autistas e o trabalho desenvolvido nas classes especiais, onde me apaixonei de fato pelo trabalho realizado e pelas professoras que ficavam naquelas salas.

Com isso resolvi fazer todo o meu estágio obrigatório com alunos autistas. Ao todo, foram mais 240 horas dentro de sala aula acompanhando alunos com o espectro autista em classe especial. Eu decidi fazer horas além do que era obrigatório para conseguir me adentrar ainda mais profundamente naquele universo. O estágio não foi fácil, mas as dificuldades não foram grandes o bastante para chegar ao ponto de me fazer desistir deste assunto tão intenso.

As crianças autistas parecem que ainda não são compreendidas pelo mundo em que pertencem. Claro que elas precisam de um pouco mais de atenção do que aqueles alunos considerados 'normais', sem deficiência. Eles precisam de rotina, de afeto e algumas vezes uma mudança repentina na prática habitual deles pode gerar estresse e possíveis acessos de crises inerentes. Aprendi que uma criança com o espectro não é um ser que não liga pra você, sem sentimentos; a criança autista te identifica como uma pessoa confiável e cria um vínculo afetivo com você, elas são crianças amáveis que também querem distribuir o seu amor de uma forma não convencional.

A partir das experiências vivenciadas por mim, em uma classe especial, decidi realizar um estudo de caso etnográfico, a partir da experiência de inclusão escolar de Leonardo¹, uma criança autista, atualmente com sete anos. Creio que seja um tema relevante, pouco pesquisado na área da Educação e também é um assunto no qual venho estudando, pesquisando e observando por anos. Nessa perspectiva, considero necessário compreender a percepção da professora que atua com o estudante na classe especial e da mãe da criança sobre o processo de inclusão escolar realizado em uma classe especial de uma escola pública do Distrito Federal.

¹ Nome fictício para o estudante participante da pesquisa.

PARTE II

Introdução

O presente trabalho de conclusão de curso pretende apresentar a temática da inclusão escolar, a partir das percepções da mãe e da professora, sobre o processo de escolarização de uma criança autista que frequenta a classe especial em uma escola comum do ensino regular.

O interesse pela temática surgiu a partir da experiência que tive como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e também com a realização dos estágios curriculares em escolas inclusivas, onde vivenciei experiências que foram decisivas para a minha formação. Os estágios obrigatórios na Pedagogia são subdivididos em projetos nos quais estes tive a oportunidade de escolher o que queria ter como foco. O projeto 4.1 possibilitou realizar observações da prática pedagógica realizada em classe especial com crianças autistas e o projeto 4.2 permitiu aprofundar a apreensão do contexto de aprendizagem de uma turma de alunos autistas que frequentavam uma classe especial de uma escola pública do Distrito Federal (DF).

Geralmente as pessoas pensam que os autistas não possuem sentimentos e são superficiais na sua forma de pensar e de se integrar na sociedade. De fato, a criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) persiste em ficar sozinha, esse é o modo no qual ela consegue se auto organizar. Os autistas são capazes de sentir, interagir e amar e isso será mostrado no decorrer do trabalho. A perspectiva da educação inclusiva é promover condições de inserção e participação social dos alunos com autismo na comunidade escolar e nos demais espaços.

Esta pesquisa teve como objetivo geral conhecer as percepções da mãe e da professora de um aluno autista sobre o seu processo de escolarização realizado em uma classe especial de uma escola pública do Distrito Federal. Os objetivos específicos que orientaram a pesquisa foram: a) verificar como a educação especial/inclusiva está prevista no projeto político pedagógico da escola pesquisada; b) identificar o perfil dos participantes da pesquisa: criança, mãe e professora; c) analisar as percepções da mãe e da professora acerca da escolarização de uma criança autista em classe especial.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de tipo estudo de caso etnográfico, que utilizou como instrumentos de coleta de dados análise documental, entrevistas semiestruturadas, questionário de perfil e observações participantes realizadas no contexto da classe especial, registradas em diário de campo.

Este trabalho estrutura-se em quatro capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo apresenta os fundamentos legais que orientam a organização da inclusão escolar e a oferta do atendimento educacional especializado para os estudantes da educação especial, contemplando os principais documentos internacionais, nacionais e do DF.

O segundo capítulo trata especificamente dos aspectos relacionados à aprendizagem e o desenvolvimento de crianças autistas, a partir da perspectiva dos seguintes autores: Greene(1975), Nozu, Icasatti e Bruno(2018), Mantoan (2003), Sandanberg e Spritz (2017), Silva, Gaiato e Reveles(2012), Vygotsky (1994 e 2007) e Whitman (2004 e 2015).

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa e do estudo de caso etnográfico, a destacar: André (2005 2012); Bauer e Gaskell (2013); Creswell (2007) e Mazzotti (2006).

O quarto capítulo apresenta os dados da pesquisa, organizados a partir de três eixos de análise: 1) A educação especial/inclusiva no Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada; 2) Perfil dos participantes da pesquisa: criança, mãe e professora; 3) Percepções da mãe e da professora acerca da escolarização de uma criança autista em classe especial.

Por fim, as considerações finais apresentam os resultados da pesquisa e as perspectivas futuras de atuação profissional da pesquisadora.

Capítulo I - Considerações sobre a educação especial inclusiva

Muitas lutas resultaram na positivação do direito à educação, começando em 1948 pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na qual afirma que “todo o ser humano tem direito a instrução gratuita e obrigatória, compreensão a tolerância racial, religiosa em prol da manutenção da paz”.

Em 1966, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, também publicado pela ONU, objetivou ratificar o direito à educação, alegando que “a educação é responsável pelo desenvolvimento humano, pela garantia de dignidade e liberdade”. Com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1988), deu-se origem ao Protocolo de San Salvador, o qual afirmava que a educação deveria ser exercida em igualdade de condições.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, promulgada em 1990 na Conferência de Jomtien – Tailândia, teve como objetivo debater sobre as necessidades básicas de aprendizagem e fortalecer os laços entre a sociedade, a escola e o poder público de cada País para garantir a educação como um direito humano fundamental.

Em 1994, com a Declaração de Salamanca, resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais: acesso e qualidade, realizada pela UNESCO, na Espanha, foi pactuado com os Estados signatários o compromisso para a organização de sistemas educacionais inclusivos, defendendo a necessidade de uma “reforma” nas instituições escolares condizente com a diversidade e as diferenças de todos os estudantes.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) sancionada em 1996 é a lei que orienta a organização do sistema de ensino no Brasil, seja ele privado ou público. Possui sua base derivada da Constituição Federal de 1988 que reafirma o direito à educação desde a educação básica até a superior. A LDB possui um capítulo inteiramente dedicado à educação especial, que estabelece os direitos que os alunos da educação especial possuem em termos da educação. A Lei nº12.796/13 e pela Lei nº13.632/18 atualizam a antiga LDB Lei nº 9.394/96 coloca em vigência:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 6º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

Pode-se observar que a LDB define a educação especial como uma modalidade de ensino voltada para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Apesar de as modalidades de ensino previstas na lei não poderem ser substitutivas aos níveis de ensino – educação básica e superior, a LDB prevê espaços que podem ser considerados exclusivos para alunos da educação especial, mesmo em escolas comuns do ensino regular.

O decreto Nº 6.949/2009 foi inspirado nos princípios estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006), ratificada no Brasil. Já o Decreto Nº 7.611/2011, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) preconiza a oferta do atendimento educacional especializado (AEE) de forma complementar ou suplementar à escolarização, com função de ofertar recursos e serviços de acessibilidade para todas as crianças que possuem necessidades educacionais específicas, a exemplo das que possuem deficiência física, intelectual ou sensorial, assim como com o espectro autista, entre outras especificidades.

O AEE tem como finalidade promover acessibilidade na instrução e no ensino dos alunos da educação especial. O foco é inserir a criança com a necessidade específica nas escolas para que ela não fique reclusa da sociedade e também para que tenha condições de desenvolvimento e aprendizagem.

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Câmara da Educação Básica, Resolução nº4, de 2 de outubro de 2009).

O Decreto 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, orienta a organização de sistemas educacionais inclusivos e recomenda condições de aprendizado ao longo da vida.

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e
- VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. (BRASIL, 2011)

A Lei 12.764/2012 é dedicada inteiramente às pessoas que possuem o Transtorno do Espectro Autista (TEA), e determina o autismo como uma deficiência. A intencionalidade dessa normativa é garantir às pessoas autistas os mesmos direitos já regulamentados para as pessoas com deficiência, assim como os preceitos da Lei 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão – que tem

como princípios o direito de igualdade, a inclusão social e o direito da cidadania.

A luta pela garantia e promoção do direito à educação para as crianças com deficiência é histórica. A educação era precária para as crianças que necessitavam de mais atenção e o apoio dos educadores. Historicamente disseminaram-se discursos centrados em seus “defeitos”, o que justificava a não necessidade de serem educadas; muitas famílias, inclusive, pensavam que seus filhos não deveriam frequentar a escola. Destaca-se que ainda é recente o engajamento dos familiares na luta pelo direito de seus filhos estudarem na escola e usufruírem do direito a educação que elas possuem (SLEE, 2011).

A educação inclusiva tem a perspectiva de abranger todas as pessoas, com alguma deficiência ou não. É importante valorizar a heterogeneidade das crianças, suas diferenças e a interação social, a fim de construir uma sociedade mais acolhedora e inclusiva (UNESCO, 1994).

Para a organização de sistemas educacionais inclusivos a escola precisa estar preparada e apta para receber todas as crianças, incluindo aqueles que possuem alguma deficiência. Para uma turma ser inclusiva são necessárias ações que favoreçam igualdade de condições, a exemplo de recursos e serviços de acessibilidade, professores especializados e profissionais de apoio. A inclusão escolar deve ser feita por qualquer escola, seja ela pública ou privada, já que a educação é um direito de todos e como isso toda a equipe pedagógica da escola precisa estar preparada para receber os alunos que possuem alguma especificidade. Nozu, Icasatti e Bruno (2017, p.27) afirmam: “Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os seguimentos que a compõem e nela interferem”.

Nessa perspectiva, a organização de espaços exclusivos para alunos da educação especial têm se tornado polêmico. Apesar da ratificação da Convenção da ONU e da inserção do seu conteúdo como emenda constitucional pelo Brasil a LDB ainda prevê a organização de classes especiais. As classes especiais consistem em espaços de ensino, organizados em escolas comuns do ensino regular, em que um professor especializado atua com um número reduzido de estudantes da educação especial.

As classes especiais entram como uma estratégia na escolarização das crianças TEA. Por se tratar de classes que ficam em escolas regulares, elas demandam de menos alunos do que as escolas focalizadas no ensino especial.

Segundo as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB, 2001), a classe especial é uma sala de aula, em instituição educacional de ensino regular, em espaço físico e modulação adequada, regida por professor especializado na educação de estudantes com deficiência intelectual/mental ou transtorno global do desenvolvimento. Destinam-se a atender, extraordinária e temporariamente, as necessidades dos estudantes com deficiências e com TGD, cujas condições não puderem ser atendidas adequadamente por propostas, programas ou espaços inclusivos da rede de ensino [...] possuem caráter extraordinário e transitório, quando a severidade da conduta não possibilitar a inclusão imediata na classe comum. (MEC 2001)

No âmbito do Distrito Federal, a organização de classes especiais está prevista na Portaria nº395 de 14 de dezembro de 2018 onde explicita os profissionais que podem trabalhar com alunos que possuem necessidades específicas. A Educação Especial no DF tem aplicabilidade nas salas de recursos, classes especiais, escolas classes, escolas parque e centros especiais de ensino.

O Currículo em Movimento da Educação Especial pode vir a sofrer alterações de acordo com as especificidades de cada estudante. A instituição de ensino que recebe o aluno com deficiência precisa de uma proporção igualitária e que esteja sincronizada com a proposta educativa do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. A Educação Especial é como qualquer outra Educação, ela está nas escolas, ensino técnico e também no ensino superior.

A orientação pedagógica em torno do ensino especial tem o intuito de eliminar a discriminação e enfrentar os obstáculos que esses alunos possam enfrentar para progredir em seus estudos. As crianças com deficiência possuem o direito à educação, e na perspectiva da inclusão escolar é preciso ter nas escolas regulares turmas inclusivas. O ensino público ofertado para alunos com deficiência foi pensado cuidadosamente para obterem todo o suporte que necessitem durante o percurso escolar. O Distrito Federal

estipulou ao sistema público de acordo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) as seguintes orientações:

- oferta de atendimento educacional especializado na própria instituição educacional, no período denominado de contraturno e, quando necessário, no próprio turno de matrícula do estudante;
- continuidade de estudo e acesso às mais elevadas etapas e modalidades de ensino ao estudante;
- promoção de acessibilidade física e de transporte, bem como ajudas técnicas nas comunicações;
- formação continuada dos professores que atuam especificamente no atendimento educacional especializado e na formação continuada dos professores que atuam no ensino regular na perspectiva de educação inclusiva;
- transversalidade da modalidade de Educação Especial em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino; e
- efetivação de políticas públicas intersetoriais.

O Distrito Federal além de estabelecer leis, decretos, orientações, regulamentações que assegurem as crianças com necessidades específicas de estarem nas escolas, também especifica aos professores que atuarão na educação especial a necessidade de formação especializada para atuar com esses educandos.

As Leis são as conquistas das pessoas com deficiência e a criança com deficiência em seu direito à Educação de qualidade. Cada vez mais vem surgindo mais Leis que se moldam para melhorar a vida desses estudantes nas escolas que os recebem, preparando pais, alunos e professores.

Capítulo II – Aprendizagem e desenvolvimento de crianças autistas

O presente capítulo tem como objetivo tratar aspectos relacionados à aprendizagem e o desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com vistas a reconhecer suas diferentes formas de estarem inseridas no mundo. De acordo com Whitman (2015, p.33): “O argumento para o autismo estar em um espectro ou ser um transtorno de espectro baseia-se na similaridade da sintomatologia de indivíduos”. Para entender um pouco mais sobre este assunto, é preciso, primeiramente, saber que as crianças autistas não são iguais entre si e entre as demais crianças e, por isso, a palavra ‘espectro’ vem como complemento que pode variar entre os tipos de dificuldades ou desafios que a criança possa a vir enfrentar relacionados ao comportamento, à comunicação e à interação social.

O autismo ainda é um tema novo, e infelizmente, para muitas pessoas é tratado de forma preconceituosa. Isso já começa nos primeiros anos escolares, quando pais ou responsáveis não querem que seus filhos estudem com crianças com o espectro, pois acham que essas podem atrasar ou comprometer o processo de desenvolvimento das outras.

A perspectiva da educação inclusiva é fazer com que todos tenham garantidas condições de participação e aprendizagem nos espaços escolares e, no caso de estudantes autistas, que não apenas estes se sintam incluídos, mas que também os pais estejam seguros de que o seu filho vivenciará de fato a inclusão. A inclusão é vista como necessária, para uma sociedade democrática na qual a justiça se estabelece por meio do reconhecimento e respeito de toda diversidade e diferença humana (MANTOAN, 2003).

A inclusão da criança que possui alguma necessidade específica é um direito humano garantido a ela como um cidadão pertencente a uma sociedade democrática, na qual todos possuem o direito à educação. A criança que possui alguma necessidade especial educacional também tem este direito, assim como as crianças sem deficiência. A esse respeito, Nozu, Icasatti e Bruno (2017, p.24) destacam:

Notadamente, a educação é reconhecida no ordenamento jurídico internacional e nacional como um direito. A defesa da

educação, não apenas como política, mas como um direito que deve ser garantido e efetivado decorre de seu reconhecimento como uma “chave” para diversas portas, compreendida metaforicamente como um direito de acessibilidade a outros direitos.

Desde pequenas as crianças que possuem o espectro apresentam diferentes percursos no desenvolvimento social, emocional, de aprendizagem, da linguagem e no desenvolvimento cognitivo. Considerando tais especificidades, a criança autista demanda de acompanhamento e diferentes formas de mediação que favoreçam sua inclusão dentro da sala de aula. Nesse sentido, Vygotsky (1994, p.40) já defendia a participação do mediador na construção do indivíduo e sua relação com o mundo social.

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio em um sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são retratadas por meio do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa por meio de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social.

A temática começou a ter registros históricos por volta do ano de 1911 por Eugene Bleuer, mas ainda era tratado como uma das faces da esquizofrenia sendo chamada de “fuga da realidade”. Em 1943 começaram a existir relatos de autismo pelo médico austríaco Leo Kanner, mas no Brasil só começaram em 1983, pela primeira organização brasileira situada em São Paulo, chamada Amigos do Autista (AMA). Esta instituição foi criada por pais que tinham o intuito de reunir famílias e profissionais para darem maior visibilidade ao tema do autismo, por meio de pesquisas e mobilizações sociais.

O dia do autismo é mundialmente comemorado no dia 2 de abril, decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2007. No Brasil, o dia só passou a ser comemorado em 2010, sendo representado pela cor azul refletida nos principais pontos turísticos do Brasil como o Senado Federal, em Brasília; Cristo Redentor, no Rio de Janeiro; Viaduto do Chá e Monumento às Bandeiras, em São Paulo; Assim fazendo o Brasil adentrar de vez na rota dos países que apoiam (*World Autism Awareness Day (WAAD)*).

Embora a história sobre o autismo pareça ser recente, existem relatos do século XVIII que conta a famosa história de um garoto que foi encontrado aos 12 anos sozinho em uma floresta. A criança não possuía fala desenvolvida, parecia não possuir afeto e escolhia quem iria cuidar dele. Já em 1828 surgiu na Alemanha um caso parecido, só que com algumas características diferenciadas do menino encontrado na floresta. Nesse caso, a criança fazia repetição de frases, não era excludente com seus cuidadores e por isso foi constatado que ele não tinha as características do espectro, e sim, que fora excluído das relações sociais (WHITMAN, 2015).

Dentro do comportamento característico do autismo, existe uma série de características que a criança pode vir a manifestar, como interesses específicos, ser passivo/agressivo, ter ataques de birra, movimentos corporais repetitivos e a necessidade de rotina. A comunicação é outro elemento que pode se apresentar de forma diferenciada em uma criança autista, já que ela tem uma base neurológica caracterizada por grande dificuldade de se iniciar ou se manter em uma conversa. (WILLIAMS, 2008).

No que se refere à interação social, compreendida como o modo como ele age com ele mesmo e como interage com os outros, tradicionalmente os estudos e pesquisas descreveram as crianças autistas como aquelas que têm dificuldades de manter um contato visual com outra pessoa e também não costumam brincar de modo interativo. Como o autismo, em si, tem diferentes aspectos entre as pessoas, Sandanberd e Spritz (2017, p.18) explicitam:

Uma criança com autismo pode ser verbal ou não verbal, agressiva ou retraída, excessiva ou inadequadamente sensível a estímulos, um *gourmet* dedicado ou alguém muito seletivo em relação a alimentação, uma criança que fica acordada a noite inteira ou que é capaz de dormir enquanto o mundo explode à sua volta. Não existe uma característica comum compartilhada por todas as crianças autistas. A constelação dos sintomas é que leva a um diagnóstico de TEA.

O funcionamento cerebral do autista é totalmente diferente de uma pessoa sem deficiência, por exemplo; para se organizar é preciso que ele siga uma rotina. Caso essa rotina não seja seguida, ele pode vir a se descontrolar e sair de todo o sistema que já estava acostumado a seguir, surgindo birras, agressividade e até mesmo a raiva, como demonstração de insatisfação. Como

falam Silva, Gaiato e Reveles (2012, p.179): “O primeiro passo para ajudar uma pessoa com autismo é entender o seu jeito de pensar e agir e como isso traduz em prejuízos significativos em suas vivências”. Dito isso é preciso pensar no modo como estabelecer uma relação com o autista e tentar entender a maneira na qual ele se relaciona com as coisas ao seu redor.

É importante destacar que nem todas as pessoas autistas possuem comprometimentos em seu desenvolvimento cognitivo; existem autistas com habilidades cognitivas acima da média e outros que podem apresentar desafios em seus percursos de aprendizagem. Para Whitman (2015, p.38):

Pode-se argumentar que crianças com Transtorno Autista estão em desvantagem, quando seu funcionamento intelectual é avaliado por testes tradicionais de QI; especificamente, porque a maioria das tais avaliações coloca peso considerável na capacidade verbal como indicador de capacidade intelectual e, além disso porque são administrados em um contexto social que pode causar confusão e temor em quem os realiza. Em uma tentativa de oferecer à pessoa com diagnóstico de autismo a oportunidade máxima para pontuar bem, muitos administradores de testes desviam-se dos procedimentos padrão de aplicação, criando um ambiente de testes mais amistoso e com maior apoio social.

O autismo não tem cura, pois não se trata de uma doença; trata-se de uma condição humana que possui especificidades no desenvolvimento da comunicação e da interação social. No Brasil, existem terapias com cães, para que a crianças TEA adquira uma facilidade na hora de interagir com outros animais e crianças. Geralmente o autismo vem acompanhado com alguma doença autoimune, mas isso não quer dizer que necessariamente uma criança com autismo tenha alguma doença que comprometa seu sistema nervoso.

Embora doenças autoimunes possam, em teoria, alterar a trajetória do desenvolvimento do sistema nervoso, não existem evidências diretas de que isso ocorra em crianças com autismo. Há especulações, no entanto, de que elas podem ter uma resposta anormal do sistema imunológico a proteínas comuns. (Whitman, 2015, p.135).

Atrás do Transtorno do Espectro Autista existe uma gama de possibilidades que ainda serão descobertas acerca deste assunto tão complexo. O desenvolvimento da criança autista se dá de acordo com os

diferentes processos comportamentais e sensações orgânicas (bebês) assim como qualquer outro ser humano, já que ninguém “vira autista”; a criança já nasce com o transtorno do autismo e os sintomas começam a aparecer normalmente após os dois anos de idade (AMA – Joinville) da mesma maneira que Vygotsky levanta que “o comportamento do homem é formado pelas peculiaridades e condições biológicas e sociais de seu crescimento.”. (VYGOTSKY, 1994)

Os fatores considerados biologicamente determinantes são diferentes das funções psicológicas que são consideradas básicas, já que essas não são dadas ao nascer e sim pelas funções adquiridas durante o estágio de crescimento onde também se encontram as fases da filogênese, ontogênese, microgênese e a sociogênese que são fatores fundamentais do desenvolvimento humano para Vygotsky. A filogênese é o comportamento humano, a ontogênese é o nível de crescimento de maturidade de cada ser em particular, a microgênese é construção da personalidade e a sociogênese são as interações sociais. Uma criança com autismo não possui diferença para uma criança sem autismo, o desenvolvimento humano é um conjunto de funções, a criança autista tem o seu conjunto de funções, assim como a criança sem autismo (VYGOTSKY, 2007).

O desenvolvimento não está ligado à aprendizagem (Vygotsky, 2007), já que cada criança observa o mundo de uma forma diferenciada, logo o modo de aprender também será diferente. As crianças autistas são incluídas nas crianças deficientes que Vygotsky fala e ele faz o uso do discurso interior onde apenas ela se comunica com ela mesma internalizando os seus pensamentos (GREENE, p.94). Embora a criança autista tenha uma forma diferente de se envolver com o mundo, ela se desenvolve e também perpassa pelo processo de aprendizagem em tempos e estilos diferentes.

Com a aprendizagem em andamento entra o fator de inclusão escolar das crianças com necessidade específicas, incluindo as crianças com autismo. A prática da inclusão ainda é um assunto recente para se tratar, mas por mais que a criança possua algum tipo de deficiência a inclusão precisa ser muito mais do que respeitar, mas sim saber compreender o próximo e compreender a criança, já que cada qual possui a sua especificidade, porque assim como as

crianças tidas como “sem deficiência” são diferentes, a criança com deficiência também não se iguala as crianças com alguma necessidade específica.

A inclusão é afirmação do direito à educação com condições de participação e aprendizagem para todos.

A ética, em sua dimensão crítica e transformadora, é que referenda nossa luta pela inclusão escolar. A posição é oposta à conservadora, porque entende que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas, já que vão diferindo, infinitamente. Elas são produzidas e não podem ser naturalizadas, como pensamos, habitualmente. Essa produção merece ser compreendida, e não apenas ser respeitada e tolerada. (MANTOAN, 2003, p.20).

A educação é uma espécie transformadora e, ao contrário do que muitos pensam, é imprescindível para o desenvolvimento e para a aprendizagem dos alunos com necessidades específicas. Por isso a necessidade de uma mudança nos sistemas de ensino e nas escolas, a fim de reorganizar um processo pedagógico que contemple a todos e, ao mesmo tempo, reconheçam a diferença de cada um.

CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo descreve os procedimentos metodológicos da pesquisa, que se orientou pelo objetivo de compreender o processo de inclusão escolar de um aluno autista, na perspectiva da mãe e da professora. Trata-se de uma pesquisa qualitativa onde se utilizou instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada, a observação participante e a análise de documentos. As questões éticas relacionadas à preservação da identidade dos sujeitos e do contexto da pesquisa são contempladas pela autora.

No que se refere à abordagem qualitativa, Creswell (2007) a caracteriza por ocorrer em um cenário natural, onde o participante está habituado a frequentar; é uma pesquisa fundamentalmente interpretativa que permite a interação entre o pesquisador, os participantes e o contexto. As pesquisas qualitativas são marcadas com uma ação participante por parte do entrevistado e do entrevistador, ela gera investigações sobre o assunto a ser pesquisado permitindo assim um aprofundamento de análises e experiências.

No que se refere ao tipo de pesquisa, esta investigação orienta-se pelo estudo de caso etnográfico. O estudo de caso ainda é um novo universo a ser explorado no campo da Educação e em trabalhos que buscam estudar um caso específico. A etnografia vai buscar entender a circunstância de algo específico trazendo, então, uma perspectiva mais aprofundada do cotidiano escolar (ANDRÉ, 2012).

O estudo de caso etnográfico é advindo da Antropologia (ciência que tem como objeto de estudo a sociedade e o homem). Outras áreas também optam em utilizar esse método de pesquisa, mas diferente da área da Educação, eles focam em problemas a serem explorados, leis que permeiam ideias e nisso inclui vários temas a serem estudados em único estudo de caso. O foco da Educação é em analisar o que se foi observado em pesquisa de campo, entrevistas e conceitos teóricos feitos/estudados pelo pesquisador, como afirma André (2012, p.30):

Já o estudo de caso etnográfico só vai surgir recentemente na literatura educacional numa acepção bem clara: a aplicação da abordagem etnográfica ao estudo de um caso. Isso quer dizer que nem todos os tipos de estudo de caso incluem-se dentro

da perspectiva etnográfica de pesquisa. Da mesma forma, nem todo estudo do tipo etnográfico será um estudo de caso.

No contexto desta pesquisa, o estudo de caso etnográfico será sobre um aluno autista e as percepções de sua mãe e professora sobre o seu processo de inclusão escolar. O objetivo da etnografia é focar em um único objeto de estudo, dando a ele fundamento da análise acerca do que está sendo inserido dentro da composição da pesquisa qualitativa no âmbito da Educação. O que muitos pesquisadores confundem é que uma sala observada não entra no contexto de um único caso, já que em uma sala não se pode observar tudo o que acontece ao redor como apresentar fatores fisiológicos, psicológicos. Nesse contexto Mazzotti (2006, p.639) aponta que:

No entanto, temos observado que muitas pesquisas classificadas por seus autores como “estudos de caso” parecem desconsiderar o fato de que o conhecimento científico desenvolve-se por meio desse processo de construção coletiva. Ao não situar seu estudo na discussão acadêmica mais ampla, o pesquisador reduz a questão estudada ao recorte de sua própria pesquisa, restringindo a possibilidade de aplicação de suas conclusões a outros contextos pouco contribuindo para o avanço do conhecimento e a construção de teorias. [...] Na verdade, o maior problema de grande parte dos trabalhos apresentados como estudos de caso é que eles não se caracterizam como tal. Refletindo uma visão equivocada sobre a natureza desse tipo de pesquisa, esses estudos são assim chamados por seus autores pelo simples fato de serem desenvolvidos em apenas uma unidade (uma escola, uma turma) ou por incluírem um número muito reduzido de sujeitos.

A pesquisa qualitativa vem de um estudo aprofundado na temática do autismo onde se demanda do pesquisador uma aproximação com o campo da pesquisa, um contato com o público alvo escolhido para a realização da coleta de dados, bem como a escolha de métodos de análise que melhor se adequam para pesquisa. Com isso André (2005, p.39) define os critérios a serem avaliados pelo pesquisador:

Decisões sobre os métodos de coleta, sobre os locais, os sujeitos, o tempo de observação, os recursos podem ser apenas esboçadas num primeiro momento, mas terão que ser repensadas, redefinidas, modificadas ao longo da pesquisa. Vão depender de como vão ser os contatos iniciais do pesquisador, da sua forma de entrada em campo, de sua

aceitação ou não, de interação com os participantes e só então poderão ser melhor especificados.

No contexto do presente estudo etnográfico, foi realizada observação direta, registrada em diário de campo. A utilização desta técnica permite ao pesquisador observar situações que não são comuns de ocorrerem cotidianamente. A observação foi realizada de maneira minuciosa com registro constante de todos os acontecimentos que ocorreram na sala de aula. A observação direta do contexto escolar pesquisado e do aluno sujeito da pesquisa foi realizada de 2 de abril a 3 de maio de 2018, totalizando 90 horas.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas que são as mais usadas no contexto de uma análise qualitativa, foram entrevistas de cunho individual com a mãe do aluno autista e a professora. As entrevistas são de grande importância para a corporação de uma pesquisa qualitativa, pois delas se têm uma forma mais detalhada de assuntos que poderão ser pesquisados por pessoas interessadas no mesmo tema no futuro.

A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa. Tal compreensão poderá contribuir para um número de diferentes empenhos na pesquisa. Poderá ser um fim em si mesmo o fornecimento de uma 'descrição detalhada' de um meio social específico; pode também ser empregada como base para construir um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipótese desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica. (BAUER e GASKELL, 2013, p.65).

A pesquisa documental, além de todo o acervo teórico, utiliza como referência o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em que o aluno pesquisado está inserido, além do diário de campo elaborado pela pesquisadora. Diferente do que se pensa, a análise documental não se limita ao objeto a ser pesquisado e sim acrescenta fatos que são abordados ao decorrer da pesquisa para agregar valor, não apenas na base convencional de teoria, mas também nos diferentes tipos de estudos/observações que o pesquisador obteve. Ao optar por fazer a análise documental é preciso que o pesquisador tenha um itinerário a ser seguido, uma proposta de análise antes de colocar a pesquisa documental em prática. Como orienta a autora:

A primeira decisão nesse processo é a caracterização do tipo de documento que será usado ou selecionado. Será do tipo oficial (por exemplo, um decreto, um parecer), do tipo técnico (como um relatório, um planejamento, um livro-texto) ou do tipo pessoal (uma carta, um diário, uma autobiografia)? Envolverá informações de arquivos oficiais ou arquivos escolares? Ou ambos? Será um material instrucional (filme, livro, roteiro de programa) ou um trabalho escolar (caderno, prova, redação)? Incluirá um único tipo desses materiais ou uma combinação deles? (LUDKE; ANDRÉ, 2015, p.47).

Ludke e André (2015, p.53) orienta que a análise dos dados na pesquisa qualitativa deve ser elaborada em perspectiva ampla, de forma a "(...) trabalhar todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, análises de documentos e as demais informações disponíveis".

Creswell (2007, p.170-171) coloca que "os leitores precisam saber da seleção, da designação para os grupos e do número de participantes que vão fazer parte" e com isso ele aponta como se deve fazer, em detalhes, toda a análise de uma de pesquisa qualitativa, a fim de identificar o que será usado na pesquisa e o que ficará de fora.

A análise qualitativa dos dados a serem levantados surge conforme os preceitos do pesquisador que cabem a ele e, somente ele, saber o que será feito para adquirir o conteúdo necessário, já que além de toda a pesquisa a ser feita é preciso que esse tenha ao menos os conhecimentos da teoria para se obter e gerar um problema-chave para a pesquisa. Segundo Bauer e Gaskell (2013, p.194) 'Os métodos não são substitutos de uma boa teoria e de um problema sólido, o pesquisador é responsável pela seleção e categorização dos materiais de texto, tanto implícita como explicitamente'.

A análise dos dados será organizada a partir de forma a responder os objetivos específicos da pesquisa, descritos no próximo capítulo.

Capítulo IV – A criança autista e a sua escolarização em uma escola regular

A seguir será apresentado o capítulo de análise de dados, estruturado a partir três categorias: 1) A educação especial/inclusiva no Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada; 2) Perfil dos participantes da pesquisa: criança, mãe e professora; 3) Percepções da mãe e da professora acerca da escolarização de uma criança autista em classe especial.

4.1 A educação especial/inclusiva no Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada

A escola classe de ensino fundamental I está localizada na Asa Norte-DF. Trata-se de uma escola de natureza pública, que iniciou suas atividades em 1963. A instituição de ensino atende aproximadamente 226 alunos distribuídos nos turnos matutino e vespertino, possui 15 professores em seu quadro de funcionários, predominantemente mulheres.

A justificativa de escolha da escola para a pesquisa se deu pelo fato de ser uma escola de ensino fundamental de séries iniciais com inclusão de alunos com autismo, mas também alunos com deficiência intelectual (DI), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade e classe especial para alunos autistas. A escola é receptiva aos universitários e sempre aberta a ser instrumento de pesquisa para trabalhos acadêmicos.

Tabela 1 – Turnos de funcionamento da escola pesquisada e número de alunos atendidos

Matutino: 08h00 às 13h00	Vespertino: 13h00 às 18h00
124 alunos	102 alunos

Fonte: PPP, 2018.

A escola possui estrutura básica para o seu funcionamento: biblioteca, banheiros, cozinha, laboratório de informática, direção, sala de recurso, sala de professores, SOE (serviço de orientação educacional), depósito de limpeza, direção.

Pelas observações realizadas foi possível constatar que A instituição de ensino fundamental 1 possui estrutura física bem conservada diante do seu tempo de criação que foi no ano de 1963, porém possui diversos problemas no quesito espaço. As salas de aulas são pequenas, mas muito bem organizadas, há um corredor que divide os dois blocos, uma ala contém a parte pedagógica, salas de aula, e o outro bloco está localizado os banheiros, biblioteca, SOE.

Cada sala de aula possui mesas e cadeiras conservadas e recursos para auxiliar os professores em seus trabalhos, todas elas possuem pouca ventilação devido à maneira como foram projetadas. Os corredores da escola não possuem de nenhum recurso pedagógico que chamem a atenção das crianças para ser um espaço agradável para estudar, por exemplo, A escola não possui quadra de esporte e há um parquinho feito na extensão da escola, que atende à demanda do lazer das crianças.

Tabela 2 – Infraestrutura da escola pesquisada

Espaço	Quantidade
Salas de aula inclusivas	8
Banheiros	7
Biblioteca	1
Cozinha	1
Laboratório de informática	1
Direção	1
SOE	1
Sala de professores	1
Sala de recursos	1
Classe especial	5

Fonte: PPP, 2018 e diário de campo da pesquisadora.

O projeto político-pedagógico da escola é baseado nos documentos oficiais do governo federal e do Distrito Federal, tendo em vista sua natureza pública. O PPP mais recente foi atualizado no ano de 2018, momento em que teve o seu plano curricular discutido e reelaborado.

Para elaborar o projeto político-pedagógico é necessária uma reunião com todos os integrantes da escola e comunidade, para que seja discutida e

colocada em pauta todas as propostas que provoquem mudanças no contexto escolar. As propostas apresentadas possuem eixos transversais baseados na educação como: direitos humanos, educação voltada para a diversidade, sustentabilidade, LDB.

A escola possui contato com a comunidade escolar nos dias de reuniões e eventos. Os pais fazem parte da Associação de Pais e Mestres (APM), onde podem participar sempre das decisões da escola e colaborar de forma financeira voluntária para a continuidade dos projetos internos da escola. No ano de 2015 a comunidade externa da escola participou da escolha da equipe gestora que iria assumir a administração da escola.

A escola tem o objetivo de proporcionar a interação social, visando uma educação de qualidade através do trabalho realizado em conjunto com os pais/responsáveis, profissionais que atuam na escola e os próprios alunos. A humanização da educação se faz na formação do indivíduo onde este vem a construir a sua própria autonomia no qual se reconhece como ser único e coletivo em um processo cooperativo de educação propiciado pela instituição de ensino (PPP, 2018).

Assim, as ações pedagógicas geram planejamento e organização da equipe, que busca sempre um melhor desenvolvimento do aluno, promovendo vivências que são fundamentais para as crianças se integrarem com o mundo e entre elas mesmas.

A escola possui salas especiais para alunos com Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD). O planejamento das aulas em todas as séries do Ensino Fundamental 1 possui a temática da educação inclusiva, já que a maioria das salas possuem alunos com alguma necessidade especial específica (NEE). Os professores adequam materiais para os alunos que necessitem de acessibilidade.

As oito classes especiais que a escola possui são para o atendimento de alunos com TEA, em consonância ao previsto na LDB nº 9394/96 que os alunos que frequentam classes especiais precisam de uma atenção a mais e o uso da metodologia diferenciada de uma turma inclusiva e regular. Na escola existe o Projeto Pedagógico Individualizado (PPI), ele é feito de acordo com a necessidade de cada aluno com TEA, previsto pelo Currículo em Movimento da Educação Básica.

A nossa escola tem a tradição de ser inclusiva, assim sendo, toda a legislação pertinente à educação especial, seja ela internacional, como a Declaração de Salamanca, ou nacional: Decreto Viver sem limite, são norteadores da nossa prática. (PPP, 2018).

A perspectiva da inclusão dos alunos autistas na Educação Básica é que eles possuam os mesmos direitos ao Ensino que é dado para as crianças que não são autistas. A escola procura incluir os alunos com TEA nas classes regulares/inclusivas por meio de vivências feitas uma ou duas vezes por semana (a depender do professor que o acompanha) e pelos projetos internos da escola como projeto de leitura, cozinha experimental, festa junina, brincadeiras com jogos interativos, atividades físicas como karatê, capoeira e roda de conversa, feitas mensalmente com o quadro de profissionais atuantes na escola com os alunos que possuem TEA.

4.2 Perfil dos participantes da pesquisa: criança, mãe e professora

Leonardo tem atualmente 9 anos de idade, reside no Jardim Botânico com os seus pais. Frequentou um Centro de Ensino Especial (CEE) no Plano Piloto no programa de educação precoce com 1 ano e 8 meses até os seus 4 anos de idade, sendo liberado pela parte pedagógica que o acompanhava no CEE. Dos seus 2 anos até os 4 frequentava uma creche particular. A Educação Precoce o encaminhou para um Jardim de Infância público no Plano Piloto, mas os pais estavam na dúvida se essa seria a melhor opção para Leonardo; a criança estudou nesse Jardim de Infância dos 4 aos 6 anos, antes de ir para a atual escola. Hoje em dia Leonardo estuda na Escola Classe no Plano Piloto há 3 anos.

A mãe tem 40 anos de idade, reside no Jardim Botânico com o marido e o filho Leonardo. É graduada, mas não informou qual a área de formação. A entrevista foi dada na escola e gravada em áudio; nesse momento a mãe falou sobre o processo de escolarização de seu filho autista.

A professora tem 55 anos de idade, reside na Asa Norte – Plano Piloto, tem 20 anos de atuação profissional na Secretaria de Educação e há 10 anos que trabalha na escola atual. Formada em Letras – tradução Português/Inglês

– Literatura e em Pedagogia, é pós-graduada em Psicopedagogia, Clínica Interdisciplinar, Transtornos Mentais da Criança e Adolescente e também pós-graduada em Literatura Brasileira. Antigamente trabalhava em Centro de Ensino Especial e atuou com diferentes especificidades: deficiência física, mental e com autistas. Trabalha em Classe Especial há 20 anos. A entrevista foi realizada por áudio por aplicativo de mensagens.

4.3 Percepções da mãe e da professora acerca da escolarização da criança autista em classe especial

A escolarização de uma criança que não possui autismo já tende a ter um certo grau de complexidade; quando se trata de uma criança com TEA o nível de desafios aumenta. Os desafios são enfrentados pelos professores, pelos pais e também pelos demais familiares da criança com autismo foi observado em minha pesquisa de campo.

A importância de se ter professores especializados para a aprendizagem destes alunos é essencial e também um professor que realmente goste de trabalhar com alunos que possuem NEE, já que estes demandam mais atenção em seu processo de desenvolvimento, faz toda diferença na trajetória escolar das crianças. O profissional precisa gostar da área, como revela a professora entrevistada:

O ensino especial sempre me chamou a atenção, principalmente o autismo. O enigma do “TEA” sempre me instigou a estudar, a procurar e conhecer mais. E a forma foi algo que me cativou muito para eu ir para o Ensino Especial, do qual somos obrigadas a trabalhar com um ensino mais lúdico e com jogos, porque como essas crianças possuem mais dificuldades, o professor tem que se esforçar mais, então eu acho que é mais gratificante e eu sempre gostei muito de trabalhar com as pessoas com necessidades especiais. Então, foi isso que me motivou, essa possibilidade de fazer a diferença na vida dessas crianças, de ajudá-los a desenvolver as potencialidades que eles já trazem. Porque na verdade, eu nunca olhei as dificuldades do meu aluno, eu sempre olho as possibilidades que ele tem, o que tem de forte e os pontos mais marcantes, aquele que vão realmente levar a criança a avançar.

A partir dessa fala, percebe-se a importância de se trabalhar com alunos de classes especiais, o progresso deles na educação não é dado de forma imediata ou em poucas semanas, o processo de escolarização dessas crianças é gradual, conforme a avaliação da professora. Por isso a importância de respeitar o tempo do aluno, para que não ocorra como as vezes acontece episódios de estresse ou até mesmo casos de mutilações e automutilações. A rotina desse aluno precisa ser preservada, eles necessitam desse processamento, para que os mesmos organizem sua mente.

A ideia de aula em uma turma, mesmo ela sendo inclusiva, talvez não gerasse um acompanhamento adequado para aqueles alunos que necessitem de fato da classe especial. Os professores que atuam em classes especializadas precisam fazer adaptações materiais que são usadas nas turmas inclusivas para que aluno TEA de classe especial consiga fazer a atividade apta pra ele. Leonardo tem dificuldades em sua aprendizagem, mas o material adequado e adaptado pela professora que o ajuda no seu desenvolvimento escolar faz com que o ensino dele, segundo a mãe, seja fluído. Com isso mãe faz o seguinte comentário:

Na verdade, o trabalho que elas fazem é incrível, porque eles respeitam o tempo da criança. E assim, é algo se ele estivesse em uma classe de alunos típicos, ele não estaria com o conhecimento que ele tem hoje, por conta dessa questão que com autista você precisa repetir muito para que esse conhecimento seja internalizado. Então assim, a professora faz uma adequação curricular, e tenta manter a ideia do que está sendo aprendido na classe normal, mas tem muita coisa que nós sabemos da dificuldade que as crianças possuem. No caso do Leonardo, nós sabemos que ele não consegue entender uma interpretação de texto, mesmo sendo algo simples, nós sabemos que é muito abstrato para ele, e a criança autista tem essa coisa do concreto. A vantagem é essa: da adaptação do que está sendo feito classe normal para uma forma que seja útil para ele, pois não adianta eu querer que ele faça interpretação de texto se ele não sabe o que está sendo falado, ele tem essa necessidade de se trabalhar o concreto e isso é feito na escola de forma prática, porque se não, o conhecimento seria só para aparência e não teria ganho para nada na vida dele.

A professora da classe especial faz vivências com as turmas do 1º ano que são crianças que estão no mesmo estágio de alfabetização que o Leonardo. A importância da vivência é a interação social que os alunos autistas

possuem com as outras crianças, o contato é interessante e pode alcançar melhorias no desenvolvimento sócio cognitivo do aluno com autismo, durante a o estágio obrigatório obtive essas observações acerca de crianças com autismo. A prática coletiva de toda equipe escolar também precisa ser convidativa para que a criança sinta que ela esteja em um ambiente que aceite ela e o mundo particular que ela traz consigo. Schmidt (2013, p.22) afirma:

Trocas transdisciplinares constantes entre equipes e o professor estariam municiando a escola com as informações que contribuíram com a qualificação da experiência educacional do aluno com autismo. Ao mesmo tempo, o professor poderia colaborar com tal equipe oferecendo prestimosas informações sobre o dia a dia deste aluno seus comportamentos e aprendizagem, sem perder seu referencial pedagógico. (SCHMIDT, 2013, p. 22).

O Leonardo é um aluno com apraxia de fala, mas ele a maioria das crianças em ano escolar, possui dificuldades em certos assuntos. A apraxia é a ausência ou atraso da fala em função do distúrbio do desenvolvimento, para o autista e isso pode vir a ter relação com outros fatores como os fatores cognitivos interacionistas. Para tais alunos, é necessário que se faça adaptações no período da escolarização e possuir um planejamento motor da fala das apraxias verbais ou orais. Algumas vezes o fato da criança não falar não está relacionado a aspectos cognitivos ou sociais do desenvolvimento da linguagem, mas sim a um déficit de planejamento. Isso, porque:

Caracteristicamente, usamos a linguagem oral e escrita para comunicarmo-nos uns com os outros. Entretanto, a presença de uma deficiência pode limitar a extensão em que um aluno pode comunicar-se através dessas vias tradicionais. Para o aluno participar plenamente e colher os benefícios de uma escolaridade inclusiva, podem ser necessárias adaptações. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p.110).

A apraxia do Leonardo está ligada à verbalização, à escrita e ao desenvolvimento sensório motor-fino da criança. A professora faz adaptações para que o aluno treine a sua área pouco desenvolvida e busca fazer um trabalho de acordo com as orientações da psicóloga, fonoaudióloga, fisioterapeuta ocupacional e psiquiatra. O resultado não é de curto prazo, então é preciso ter um planejamento de longo prazo para que o trabalho feito pela

professora tenha um bom resultado. É utilizado recursos como o Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (uma palavra traduzida do inglês *Picture Exchange Communication System* – PECS), que consiste em uma intervenção alternativa na comunicação para crianças que possuem TEA. A professora afirma isso em sua fala:

Eu acho que eu contribuo para a alfabetização do Leonardo, primeiramente com um material diversificado que eu preparo para ele e também com multigestos que favorece muito essa questão da apraxia e eu trabalho com as boquinhas. E agora esse ano, junto com a fonoaudiologia, fazemos um trabalho interdisciplinar, quer dizer, eu tenho contato direto com as pessoas que meus alunos são atendidos no turno contrário como: fonoaudiólogo, fisioterapeuta ocupacional, psicóloga e psiquiatra. Então nós temos essa interação, e eu procuro conversar com esses profissionais para eu alinhar meus objetivos, os trabalhos que eu faço na escola com atendimento que eles estão tendo lá fora. No caso, do Leonardo, por conta da apraxia, embora a fonoaudióloga dele tenha afirmado que ele vai falar, nós achamos melhor, implementar uma linguagem mais alternativa que é o “PECS”. Estamos começando agora com o “PECS” e procuro no caso para ajudá-lo, eu procuro trabalhar também com cartas, imagens, com as bocas e com toda essa parte articulatória. Embora eu não seja, fonoaudióloga, mas eu procuro dar um reforço nas pronúncias e sempre que eu vou falar com ele, eu falo de perto e também uso a boca de uma forma mais forte, para que ele perceba esse movimento do falar da articulação da boca, quando nós pronunciamos. Eu tenho procurado fazer atividades que beneficiem nessa aquisição da linguagem dele.

Os autistas precisam de alguma intervenção e que saia dos métodos tradicionais de ensino. O desenvolvimento cognitivo não afeta apenas na desenvoltura do aluno na escola, mas também em todo o contexto familiar, pelo fato de não conseguirem se comunicar. Isso pode vir a ficar agressivo e gera uma frustração aos pais, já que o pensamento o torna incapacitado de ajudar o seu próprio filho. O trabalho interventivo que a escola precisa ter é a comunicação entre a professora e os pais porque o autista não tem o mesmo processo de aprendizagem de uma criança que não possui o espectro, existe uma defasagem nessa escolarização que não a deixa em uma linha contínua. A mãe explicita:

Sim, é igual uma montanha russa um dia nós estamos lá em cima e no outro lá embaixo. Tem essa questão de mudança de

comportamento que você não entende porquê. Por exemplo, tem um dia que a criança está ótima e passa dois dias e a criança está violenta está te mordendo e te beliscando por qualquer motivo e também tem a falta de comunicação que a criança não fala, não consegue se expressar e não consegue dizer o que ela está sentindo. E nós vamos trabalhando com medidas alternativas, como uma comunicação alternativa com o Leonardo, ainda estamos trilhando esse caminho, mas até conseguirmos saber o que está na cabeça dele, é muita água que tem passar por esse rio.

A inclusão de alunos com necessidades específicas não precisa ser dada de forma unilateral subdividido em dois grupos que seriam as crianças sem deficiência irem para escolas regulares e as crianças com deficiência irem para o ensino especial. A inclusão precisa de fato ser inclusiva e abranger alunos com deficiência nas escolas regulares, com turmas em que sejam incluídos alunos com deficiência e a depender do projeto da escola, já que essa vai ser onde o aluno passará algumas horas de seu dia, então cabe a instituição ter classes especiais e profissionais preparados para a recepção desses alunos.

A realização do ensino inclusivo requer uma percepção do sistema escolar como um *todo unificado*, em vez de duas estruturas paralelas, separadas: uma para alunos regulares e outra para alunos com deficiência ou necessidades especiais. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p.131).

A mãe fala da importância do Leonardo estudar em uma escola inclusiva, mesmo ele frequentando uma classe especial ele tem dias de vivência com uma turma de alfabetização. Então, ele não fica apenas recluso no ensino individualizado, mas ele partilha com as outras crianças brincadeiras e ensinamentos passado pela professora ministrante. A inclusão feita é um trabalho previsto no PPP da escola, existe um projeto como foi falado no tópico 4.1. A escola se preocupa com a inclusão de alunos autistas, mas mesmo o Leonardo sendo incluído aos poucos, ele ainda sente uma dificuldade em se controlar com os barulhos que as crianças fazem, o processo da vivência é gradual e um aluno que frequenta classe especial precisa ter um apoio a mais para essa vivência. Como a mãe fala:

Então assim, ele está aprendendo muito e essa questão desse tratamento individualizado é muito importante, porque, por exemplo, nós estamos tentando fazer a inclusão pela vivência, e eu percebo a diferença que é, quando ele está na classe normal, ele se desestabiliza e as vezes não suporta o barulho e a bagunça.

É normal que os professores não atuantes de classe especial tenham dificuldades em incluir um aluno autista como o Leonardo, pelo fato dele precisar de um maior apoio e pode vir a se descontrolar por conta do barulho. A escola precisa estar preparada para receber um aluno com necessidade específica e não ter apenas o título de escola inclusiva. Se não existe a inclusão e o preparo dos profissionais, as escolas ainda estão no início, em fase de adaptação para dar um ensino inclusivo de qualidade. A professora por saber desse despreparo opta por acompanhar o aluno e detalhar como é a vivência dele em duas classes regulares de alfabetização.

De uma forma geral eu acho que a inclusão está sendo construída, eu acho que a cada dia que passa, nós vamos melhorando, crescendo e vamos estudando, mas temos muito a fazer para que essa inclusão seja realmente efetiva, porque eu acho que as escolas ainda estão engatinhando na inclusão. E eu percebo que as professoras do ensino regular, elas encontram muitas dificuldades, porque elas não possuem muitos alunos e muitos planejamentos deveriam ser feitos. Porque mesmo as crianças típicas, elas não possuem a mesma estratégia de aprendizagem, cada uma delas em sala de aula possui uma estratégia e aprendizagem diferente. E o autista tem ainda mais desafios dentro de uma sala regular para alcançar e avançar, porque ali eles possuem a questão sensorial e apresentam dificuldades, com: o barulho, a luminosidade e com a questão do sentar que alguns não conseguem ficar sentados por muito tempo [...] No caso do Leonardo ele está fazendo vivência esse ano, quatro vezes na semana, duas vezes no primeiro ano A e duas vezes na turma do primeiro B, com outras professoras, atividades como: cozinha experimental e psicomotricidade ampla. Esse ano a “escola X” possui dois primeiros anos e o Leonardo está tendo a oportunidade de vivenciar momentos diferentes com turmas diferentes [...] A dificuldade que eu percebo que ele tem, na questão do ambiente é justamente com a sensibilidade auditiva, ele tem muitas dificuldades em ficar em ambientes com barulho, então as vezes ele desregula um pouco, e nós temos que sair da sala e dar uma volta no pátio para que ele se reorganize e possa retomar as atividades que sendo feitas na sala de aula.

O aluno Leonardo é escolarizado em uma escola inclusiva cursando uma classe especial, com uma professora especializada para dar aula para alunos com TEA. A professora já está com ele há pouco mais de um ano e ela destaca algumas melhorias que o Leonardo vem apresentando. Como em sua apraxia de fala.

Durante o tempo que ele esteve comigo, ele melhorou muito essa questão da linguagem expressiva, porque ano passado (início de 2018), o Leonardo verbalizava muito poucas palavras, ele tinha uma certa dificuldade na pronúncia e nós percebemos o quanto ele cresceu. Nesse ano (2019) ele praticamente está falando muito mais, ele já está conseguindo se expressar quando ele não quer alguma coisa, ele já consegue falar: “Eu não quero!”, “me ajuda”, o que não acontecia no ano passado. Ele já está conseguindo entender o sim e o não, e se expressar! Isso é muito importante, porque ele já está conseguindo colocar os seus desejos e suas necessidades. Ele está conseguindo se expressar melhor.

Percebe-se pelas falas da mãe e da professora que a cada passo dado pelo autista é uma vitória para os pais. A criança com TEA está em progresso para uma escolarização dada no ensino individualizado, suas percepções sobre o mundo são diferentes, então a sua aprendizagem também é, assim como o seu tempo. A professora da classe especial faz um trabalho com o Leonardo onde a mãe sempre está presente no processo de escolarização do filho. A mãe explica o porquê da classe especial ser importante:

A questão da classe especial eu acho que é algo que eu não teria condições e eu não encontraria uma outra escola, sem ser a escola pública, um projeto tão incrível para aprendizagem da criança. Nós vemos que o Leonardo depois que ele entrou na escola nós percebemos que ele é outra criança, nós vemos que em cada período que vai passando ele está cada dia melhor, tanto na questão da interação, como na questão de receber comandos e conseguir entender esses comandos, porque antes era uma coisa que nós não tínhamos esse retorno. Antes nós tínhamos que puxar o menino pela mão e agora não, agora nós conseguimos perceber que ele consegue ouvir e compreender o que nós estamos falando. Então, tudo isso, vem de todo esse processo da dedicação dos profissionais, da questão da repetição de você realmente dar um tempo para criança quando ela realmente não está conseguindo se organizar.

Os professores e as escolas precisam estar mais preparadas para receber e incluir os alunos com necessidades específicas e em especial os alunos autistas, mesmo que o início seja em classes especiais. Por vezes são crianças incompreendidas e que necessitam um pouco mais da atenção ser voltada a elas. O autismo é um silêncio compartilhado consigo mesmo em apenas a criança e apenas ela sabe o que se passa em seus pensamentos.

Os autistas seriam, então, como metáforas que nunca se sedimentam, que nunca morrem e a estranheza que experimentamos diante deles é um efeito de sua surpreendente imprevisibilidade. Eles agem **como** se fossem “metáforas vivas” e colocam aqueles que se encontram ao seu redor ante o estranho, o imprevisível, e, paradoxalmente, o estranho familiar. (CAVALCANTI; ROCHA. 2007, p.33).

A escolarização de uma criança autista como o Leonardo precisa ser dada de forma gradual, com paciência e sempre respeitando o tempo e o espaço dele.

Considerações Finais

A pesquisa evidenciou as percepções da professora e da mãe de uma criança autista que frequenta uma classe especial em uma escola pública regular inclusiva do Distrito Federal. Para fundamentar a argumentação desenvolvida nesse trabalho foi preciso conhecer toda a história educacional da criança com autismo e as leis que assegurem o direito à educação na escola pública regular.

Por vezes as classes especiais podem vir a gerar a exclusão das crianças, mas na verdade ela vem como a inclusão, para que a criança TEA consiga se desenvolver socialmente. Essas classes são como uma estratégia para que o indivíduo se sinta incluído no ambiente que está sendo receptivo à ele. As classes especiais são um avanço na questão de investimento, já que terão professores especializados para este tipo de atendimento dentro da sala de aula.

O resultado da pesquisa revela que a classe especial funciona dentro de uma escola regular já que por trás dessa inclusão existe um projeto político pedagógico que inclua a criança não só com TEA, mas também outras especificidades que a escola pesquisada abriga. Essa concepção sobre a escola foi reportada durante as observações participantes feitas durante 1 ano nos projetos 4.1 e 4.2, foi visto que, de fato, a escola tem o cuidado de se preocupar com alunos que necessitem de uma atenção a mais, mas ainda há muito para melhorar em termos da inclusão.

A importância de se ter uma escola inclusiva para a vivência dos alunos com deficiência é de suma necessidade para a interação social dessa criança com o mundo. A criança autista possui as suas diferenças com as outras crianças do convívio escolar, mas com a inclusão e a interação entre os alunos tudo se dá de uma forma mais suave.

O termo incluir faz com as crianças que não possuem necessidade específica venha a entender um pouco mais do mundo daquela criança que é deficiente. A inclusão não é exclusão e sim acolhimento de todos que interagem com a criança autista e as demais especificidades. A criança autista não é uma criança doente, mas o autismo em si é um condição humana que qualquer ser pode vir a ter e por isso se existe a necessidade da inclusão para

estas crianças que vivem na sociedade, o autismo não é uma doença, mas também não tem cura.

PARTE III

Percepções futuras

Após a graduação pretendo me dedicar a fazer especializações para dar aula para crianças com necessidades específicas, principalmente com crianças com o espectro autista. Também pretendo focar em concursos públicos para a área da Educação e me estabilizar financeiramente. Em seguida pretendo ingressar no mestrado e aprofundar no assunto da escolarização de crianças autistas. No futuro penso em iniciar outra graduação.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Cristina; BATISTA, Mota. **Inclusão: construção na diversidade**. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2004.

ANDRÉ, Marli Eliza D.A. **Etnografia da prática escolar**. 4ª reimpressão 2012, editora Papyrus. Campinas – São Paulo.

ANDRÉ, Marli Eliza D.A. **Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**. Brasília 2005, editora Liber livro Ltda.

Amigos do Autista. **AMA – Joinville**. Disponível em: <www.amajoinville.org/o-que-e/> Acesso em: 16 de junho de 2019

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 11 edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988: Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 22 de junho de 2019.

BRASIL. **Decreto nº3321, de 30 de dezembro de 1999**. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais "Protocolo de São Salvador", concluído em 17 de novembro de 1988, em São Salvador, El Salvador. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/D3321.htm> Acesso em: 30 de junho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 12764/12, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em: 14 de junho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em: 14 de junho de 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)**. Brasília, DF; MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. **Resolução CEDF nº1**. 28 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=342172>> Acesso em: 22 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** 2001.

CAVALCANTI, Ana Elizabeth; ROCHA, Paulina S. **Autismo: Construções e desconstruções.** 3ª ed. rev. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Governo do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Especial.** 2018. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/cur_mov/8_educacao_especial.pdf> Acesso em: 15 de junho de 2019.

Governo do Distrito Federal. **Portaria nº 395, de 14 de dezembro de 2018.** Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/bf5bd6ff4c4f43b88fd9858cd4dec76e/Portaria_395_14_12_2018.html> Acesso em: 22 de junho de 2019.

GREENE, Judith. **Pensamento e linguagem. *Thinking and Language.*** Traduzido da primeira edição inglesa, publicada em 1975 por *Methuen & CO. LTD.*, de Londres, Inglaterra, na série *ESSENTIAL PSYCHOLOGY*, dirigida por *Peter Herriot*. Traduzido por Zahar editores, Rio de Janeiro, 1976.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1ª edição. Ed. Moderna, São Paulo, 2003.

MAZZOTTI, Alda Judith Ales. **Relevância e Aplicabilidade da Pesquisa em Educação.**

NOZU, Washington Cesar Shoiti; ICASATTI, Albert Vinicius; BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação Inclusiva enquanto um direito.** Volume 11, 1ª Edição. Ed. Inc.Soc, Brasília, 2017

ORRU, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: Interação Social no Cotidiano Escolar.** 3ªed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris: Assembleia Geral da ONU, 1948.

ONU. **Declaração de Salamanca** de 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 10 de junho de 2019.

ONU. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.** 1966.

ONU. **Dia Nacional da Conscientização sobre o Autismo.** 2007

PPP. **Projeto Político Pedagógico**. Disponível em: <www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/ppp_crepp_ec_405_norte_19out18.pdf> Acesso em: 22 de junho de 2019.

SANDBERG, Elisabeth Hollister; SPRITZ, Becky L. **Breve guia para o tratamento do autismo. A Brief Guide to Autism Treatments**. Traduzido originalmente da primeira edição americana, 2013. Traduzido por Dayse Batista. São Paulo: M. Books Editora Ltda., 2017.

SCHMIDT, C. (Org.). **Autismo: educação e transdisciplinariedade**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo Singular: Entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva Ltda, 2012.

SLEE, Roger. **Educação Crítica: Análise Internacional**. Capítulo 13 p. 203-2016. Editora Artmed – Porto Alegre, 2011.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Editora Artmed – Porto Alegre, 1999.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha: UNESCO, 1994.

WHITMAN, Thomas L. **O desenvolvimento do autismo. The development of autismo: A self-regulatory perspective**. Traduzido da primeira edição americana, publicado em 2004. Traduzido por Dayse Batista. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2015.

WILLIAMS, Chris; WRIGHT, Barry. **Convivendo com Autismo e Síndrome de Asperger. How to live with Autism and Asperger Syndrome**. Traduzido da primeira edição americana, publicado em 2004. Traduzido por Cássia Maria Nasser. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2008.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 7ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L.S. **Obras completas. Tomo cinco: Fundamentos de Defectologia**. Havana: Editorial Pueblo Y Educación;1989.

APÊNDICE

Apêndice A**Universidade de Brasília**

Faculdade de Educação

Curso de Pedagogia

Profa. Dra. Sinara Pollom ZardoUniversidade de Brasília
Faculdade de Educação
Campus Universitário Darcy Ribeiro

A Sua Senhoria, o Senhor
Diretor da Escola Classe pesquisada

Brasília/DF, 22 de maio de 2019.

Assunto: Pesquisa para Trabalho Final de Curso

Prezado(a) Senhor(a),

Venho por meio deste encaminhar a aluna Aline Oliveira da Costa – matrícula UnB 15/0115857, vinculada ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB), que está desenvolvendo a pesquisa intitulada "Percepções de pais e professores sobre o processo de inclusão escolar de uma criança autista", sob minha orientação.

A pesquisa tem como objetivo conhecer as percepções de pais e professores sobre o processo de inclusão escolar de uma criança autista em classe especial. A fim de que essa pesquisa seja desenvolvida, é necessária a concessão de entrevista pelos familiares e professores de uma criança autista que esteja matriculada regularmente em classe especial, em escola pública do Distrito Federal.

Informo que a atividade será desenvolvida considerando os princípios éticos da pesquisa científica e que os resultados e conclusões obtidos na pesquisa, além de serem publicados no Trabalho Final de Curso, poderão ser apresentados em forma de artigo ou de resumo em congressos, seminários ou publicados em diferentes meios.

Desde já agradeço pela preciosa colaboração no desenvolvimento da pesquisa e coloco-me a disposição para maiores informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Sinara Pollom Zardo

Matricula UnB: 1094416

Apêndice B**Universidade de Brasília**

Faculdade de Educação

Curso de Pedagogia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Aline Oliveira da Costa – matrícula UnB 15/0115857, aluna do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB), venho por meio deste informar-lhe a realização da pesquisa intitulada "Percepções de pais e professores sobre o processo de inclusão escolar de uma criança autista", sob orientação da Professora Dr^a. Sinara Pollom Zardo.

A pesquisa tem como objetivo conhecer as percepções de pais e professores sobre o processo de inclusão escolar de uma criança autista em classe especial. A fim de que essa pesquisa seja desenvolvida, necessito a concessão de entrevista pelos familiares e professores de uma criança autista que esteja matriculada regularmente em classe especial, em escola pública do Distrito Federal.

Informo que a atividade será desenvolvida considerando os princípios éticos da pesquisa científica e que os resultados e conclusões obtidos na pesquisa, além de serem publicados no Trabalho Final de Curso, poderão ser apresentados em forma de artigo ou de resumo em congressos, seminários ou publicados em diferentes meios.

Por fim, eu _____, ciente do que me foi exposto, concordo com os procedimentos que serão realizados e participarei da pesquisa, bem como autorizo que sejam feitas entrevistas para a coleta de dados, não permitindo a minha identificação.

_____, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do sujeito da pesquisa

Apêndice C

Entrevista semiestruturada feita com a professora

1. Fale um pouco sobre sua trajetória profissional e como tornou-se professora de classe especial.
2. Há quanto tempo você atua como professora? E nesta escola?
3. Qual o seu papel como educadora na escola?
4. O que chamou sua atenção para trabalhar com crianças que possuem necessidades específicas?
5. Fale sobre sua atuação na classe especial.
6. Você já teve alunos que conseguiram ingressar em turmas inclusivas?
7. Você já trabalha com o Leonardo há quanto tempo?
8. No que ele tinha mais facilidade e dificuldade?
9. Quais foram os progressos que ele obteve durante todo o processo escolar?
10. Tem alguma área em que ele goste mais?
11. Quais os desafios enfrentados para se alfabetizar uma criança autista?
12. A alfabetização do Leonardo é um constante acontecimento, como você contribui para o desenvolvimento da fala e da escrita dele?
13. Quais suas percepções sobre o processo de inclusão escolar de crianças autistas, e, em especial, do aluno Leonardo?

Entrevista semiestruturada feita com a mãe

1. Quando você recebeu a notícia de que seu filho era autista, qual foi sua reação?
2. Como foi a busca de redes de apoio para seu filho no Distrito Federal?
3. E a busca por escolas de educação infantil? Como foi a experiência de seu filho nesse etapa?
4. No que se refere ao ensino fundamental, por quais motivos você escolheu esta instituição? Seu filho já frequentou outras escolas?
5. Você sabia que nessa escola que ele estuda atualmente havia classe especial para autistas?
6. Quais as suas percepções sobre o trabalho desenvolvido nas classes especiais?
7. Em sua opinião, as classes especiais ajudam o seu filho em seu desenvolvimento para que no futuro ele possa ingressar em uma turma inclusiva?
8. Quais suas percepções sobre a inclusão escolar?
9. Não tenho perguntas. Você gostaria de acrescentar alguma informação?

Apêndice D

Caro (a) Professor (a),

Você está sendo convidado (a) a participar de um estudo sobre o tema "Percepções de pais e professores sobre o processo de inclusão escolar de uma criança autista". A presente pesquisa subsidiará a elaboração do Trabalho Final do Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Desde já, agradeço sua colaboração.

Brasília, 22 maio de 2019

EIXO 1: Dados de identificação do sujeito da pesquisa

Nome: _____

Qual seu sexo: M() F()

Idade: _____ anos.

Onde você mora: _____.

Escolaridade

() Graduação: _____

() Pós-graduação: _____

() Mestrado: _____

() Doutorado: _____

() Outros: _____

Tempo de atuação na educação:

() Até 5 anos

() 5 – 10 anos

() 10 - 20 anos

() Mais de 20 anos

Tempo de atuação em classe especial

_____ ano(s)

Caro (a) Responsável,

Você está sendo convidado (a) a participar de um estudo sobre o tema "Percepções de pais e professores sobre o processo de inclusão escolar de uma criança autista". A presente pesquisa subsidiará a elaboração do Trabalho Final do Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Desde já, agradeço sua colaboração.

Brasília, 22 maio de 2019.

EIXO 1: Dados de identificação do sujeito da pesquisa (Mãe do aluno)

Nome: _____

Qual seu sexo: M() F()

Idade: _____ anos.

Onde você mora: _____.

Escolaridade

() Graduação: _____

() Pós-graduação: _____

() Mestrado: _____

() Doutorado: _____

() Outros: _____

